



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA O CARGO DE AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA DE CUIABÁ

**EDITAL Nº 02/2024
2ª RETIFICAÇÃO, 09 DE OUTUBRO DE 2024**

A **Secretaria Municipal de Fazenda de Cuiabá**, de acordo com os preceitos estabelecidos pela legislação em vigor, torna pública a primeira retificação ao Edital supracitado, cujas inclusões e alterações estão a seguir elencadas:

1. Retifica-se o item 5.2.2, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

5.2.2. Para comprovação da condição de desempregado ou trabalhador que percebe até um salário e meio, o candidato deverá apresentar declaração de renda mensal familiar inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, com a indicação dos nomes e do grau de parentesco dos integrantes da família, com a relação dos rendimentos individuais recebidos por todos, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital; e documento de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Leia-se:

5.2.2. Para comprovação da condição de desempregado ou trabalhador que percebe até um salário e meio, o candidato deverá apresentar declaração de renda mensal familiar inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, com a indicação dos nomes e do grau de parentesco dos integrantes da família, com a relação dos rendimentos individuais recebidos por todos, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital; e documento de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; **OU** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contendo as páginas de identificação do trabalhador e de contrato de trabalho, inclusive a primeira página em branco logo após a última página em que conste o último contrato de trabalho, bem como as páginas em que conste os aumentos salariais, ou cópia do último contracheque, em que ateste a situação de trabalhador que recebe até um salário mínimo, ou que ateste sua situação de desempregado.

2. Retifica-se o Anexo I, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê (ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO) na PROVAS 2 (P2) da área de especialização “TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO” na disciplina “TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS”:

• **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS**

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

1. Conceitos básicos de segurança da informação: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio. 2. Políticas e práticas de segurança da informação. 3. Gestão de riscos de segurança da informação. 4. Normas e

regulamentações: ISO/IEC 27001 e 27002, LGPD, GDPR. 5. Tecnologias de segurança: criptografia, firewalls, sistemas de detecção e prevenção de intrusões, antivírus.

BANCO DE DADOS: 1. Fundamentos. 2. Classificação. 3. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados. 4. Regras de associação. 5. Modelagem relacional e multidimensional. 6. Aprendizagem de máquina: fundamentos, principais 32 algoritmos e métricas de desempenho. 7. Regressão linear. 8. Regressão logística. 9. Análise de agrupamentos (clusterização). 10. Classificação. 11. Detecção de anomalias. 12. Modelagem preditiva. 13. Visão computacional. 14. Mineração de texto. 15. Redes neurais artificiais. 16. Deep learning. 17. Visualização e análise exploratória de dados. 18. Business intelligence. 19. Ferramentas de análise: Oracle BIEE, Oracle Data Visualization, QlikView e PowerBI. 20. Processamento de Linguagem Natural. 21. Python: Fundamentos de Python, Python para Análise de Dados, Desenvolvimento Web com Python, Python para Machine Learning. 22. Inteligência Artificial.

Leia-se:

- **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:**

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

1. Conceitos básicos de segurança da informação: confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio. 2. Políticas e práticas de segurança da informação. 3. Gestão de riscos de segurança da informação. 4. Normas e regulamentações: ISO/IEC 27001 e 27002, LGPD, GDPR. 5. Tecnologias de segurança: criptografia, firewalls, sistemas de detecção e prevenção de intrusões, antivírus.

BANCO DE DADOS:

1. Linguagens de definição e manipulação de dados em SGBDs relacionais. 2. Modelagem de dados: modelos relacional e multidimensional. 3. Administração de banco de dados relacionais. 3.1 Projeto e implantação de SGBDs relacionais. 3.2 Administração de usuários e perfis de acesso. 3.3 Controle de proteção, integridade e concorrência. 3.4 Backup e restauração de dados. 3.5 Tolerância a falhas e continuidade de operação. 3.6 Monitoramento e otimização de desempenho, cluster de banco de dados. 4. Pipeline de dados: fundamentos, orquestração, integração, ETL, ELT e ferramentas. 5. OLAP. 6. Técnicas de modelagem e otimização de bases de dados multidimensionais. 7. Técnicas para pré-processamento de dados. 8. Processamento distribuído. 9. Data lake. 10. Conceitos, arquiteturas, técnicas e tarefas de data mining e data warehouse. 11. Noções de big data: conceito, premissas, análise de dados e aplicações. 12. Ecossistema Hadoop: conceitos, arquitetura, componentes e implantação. 13. Spark: conceitos, arquitetura e aplicações. 14. Bancos de dados não relacionais: fundamentos, administração, desempenho e configuração (Key/Value, orientados a documentos e grafos)

3. Retifica-se o Anexo I, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

- **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e suas alterações. 1.1 Lei nº 11.419/2006 (lei do processo judicial eletrônico). 1.1.2 Teoria Geral do Direito Processual Civil. 1.1.3 Normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. 1.1.4 Interpretação da lei processual. 1.1.5 Fontes do Direito Processual Civil. 1.1.6 Da norma

processual no tempo e no espaço. 1.1.7 Lei de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo. 2. Da Função Jurisdicional. (...)

Leia-se:

• DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e suas alterações. 1.1 Lei nº 11.419/2006 (lei do processo judicial eletrônico). 1.1.2 Teoria Geral do Direito Processual Civil. 1.1.3 Normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. 1.1.4 Interpretação da lei processual. 1.1.5 Fontes do Direito Processual Civil. 1.1.6 Da norma processual no tempo e no espaço. 2. Da Função Jurisdicional. (...)

4. Retifica-se o Anexo I, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – GESTÃO DE PROJETOS E GOVERNANÇA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO GESTÃO DE PROJETOS:

1. Ciclo PDCA. 2. Gerência de projetos: conceitos básicos. 3. PMBOK 6. 4. COBIT 2019. 5. ITIL 4. 6. Gerenciamento de processos de negócio: técnicas de mapeamento de processos; modelos AS-IS, TO-BE e TO-RUN; técnicas de análise e simulação de processos; construção e mensuração de indicadores de processos. 7. Modelagem de processos em BPMN: notação, artefatos e atividades; workflow; BPMS. 8. Decision model and notation (DMN).

Leia-se:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – GESTÃO DE PROJETOS E GOVERNANÇA DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO GESTÃO DE PROJETOS:

1. Ciclo PDCA. 2. Gerência de projetos: conceitos básicos. 3. PMBOK 7. 4. COBIT 2019. 5. ITIL 4. 6. Gerenciamento de processos de negócio: técnicas de mapeamento de processos; modelos AS-IS, TO-BE e TO-RUN; técnicas de análise e simulação de processos; construção e mensuração de indicadores de processos. 7. Modelagem de processos em BPMN: notação, artefatos e atividades; workflow; BPMS. 8. Decision model and notation (DMN).

5. Retifica-se o Anexo I, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

PROVA 2 (P2)

• LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA/LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Código Tributário Municipal (Lei Complementar n. 093, de 23 de dezembro de 1997). Decreto n. 5.358/2013 e suas alterações posteriores. Decreto n. 7.796/2020 e suas alterações posteriores. Lei Complementar n. 494/2021.

Leia-se:

PROVA 2 (P2)

• LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Código Tributário Municipal (Lei Complementar n. 043, de 23 de dezembro de 1997).

Decreto n. 5.358/2013 e suas alterações posteriores. Decreto n. 7.796/2020 e suas alterações posteriores. Lei Complementar n. 494/2021.

6. Renumerar-se o ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO na PROVAS 2 (P2) da área de especialização “DIREITO/PROCESSO TRIBUTÁRIO” na disciplina “DIREITO PROCESSUAL CIVIL” o erro material dos subitens 7.1.8 e 7.1.9, para 7.1.6 e 7.1.7

7. Retifica-se o Anexo I, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

DIREITO CIVIL II E DIREITO EMPRESARIAL II

DIREITO CIVIL II: Dos contratos em geral. 1.1 Das várias espécies de contrato. 1.2. Dos atos unilaterais. 1.3. Da promessa de recompensa. 1.4. Do pagamento indevido. 1.5. Do enriquecimento sem causa. 1.6. Função social dos contratos. 1.7. Princípios contemporâneos do direito contratual. 1.8. Boa-fé e boa-fé objetiva. 1.9. Dirigismo contratual. 1,10. Contratos por adesão na relação cível. 1.11. Da compra e venda. 1.12. Da venda com reserva de domínio. 1.13. Da doação. 1.14. Da locação de coisas. 1.15. Do comodato e do mútuo. 1.16. Da prestação de serviço. 1.17. Cláusulas abusivas nos contratos por adesão. 1.18. Cláusulas gerais. 1.19. Conceitos legais indeterminados. 1.20. Conceitos determinados pela função. 1.21. Contratos típicos dispostos no Código Civil de 2002 e cláusulas especiais. 1.22. Institutos da supressio e do comportamento contraditório (venire contra factum proprium). 8. Dos títulos de crédito (...)

Leia-se:

DIREITO CIVIL II E DIREITO EMPRESARIAL II

DIREITO CIVIL II: Dos contratos em geral. 1.1 Das várias espécies de contrato. 1.2. Dos atos unilaterais. 1.3. Da promessa de recompensa. 1.4. Do pagamento indevido. 1.5. Do enriquecimento sem causa. 1.6. Função social dos contratos. 1.7. Princípios contemporâneos do direito contratual. 1.8. Boa-fé e boa-fé objetiva. 1.9. Dirigismo contratual. 1,10. Contratos por adesão na relação cível. 1.11. Da compra e venda. 1.12. Da venda com reserva de domínio. 1.13. Da doação. 1.14. Da locação de coisas. 1.15. Do comodato e do mútuo. 1.16. Da prestação de serviço. 1.17. Cláusulas abusivas nos contratos por adesão. 1.18. Cláusulas gerais. 1.19. Conceitos legais indeterminados. 1.20. Conceitos determinados pela função. 1.21. Contratos típicos dispostos no Código Civil de 2002 e cláusulas especiais. 1.22. Institutos da supressio e do comportamento contraditório (venire contra factum proprium). 2. Dos títulos de crédito (...)

8. Retifica-se o Anexo I, passado a vigorar a seguinte redação:

Onde se lê:

DIREITO EMPRESARIAL II: 1. Falência. Princípios Gerais. 1.1 Pressupostos. 1.2 Caracterização da falência. 1.3 Declaração. 1.4 Efeitos da Falência quanto aos sócios. 1.5

Processo Falimentar. 1.6 Juízo da falência. 1.7 Legitimidade ativa e passiva na falência. 1.8 Procedimento nos requerimentos de falência com base no art. 94 da Lei de Falências. 1.9 Defesas do devedor. 1.10 Matéria relevante. 1.11 Depósito elisivo. 1.12 Sentença de falência: conteúdo, publicidade e recursos. 1.13 Sentença denegatória. 2. Dos efeitos jurídicos da sentença de falência em relação aos direitos dos credores e em relação à pessoa do falido. 2.1 Prisão do falido. 2.2 Direitos e deveres do falido. 2.3 Pedido de continuação provisória do negócio. 2.4 Dos efeitos jurídicos da sentença de falência em relação aos bens do falido e em relação aos contratos da empresa falida. 2.5 Arrecadação dos bens do falido. 2.6 Inventário. 2.7 Custódia de bens. 2.8 Venda antecipada de bens. 2.9 Aquisição e adjudicação dos bens pelos credores. 2.10 Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. 2.11 Modalidades de dissolução de liquidação. 2.12 Deveres e responsabilidades do liquidante. 2.13 Partilha do acervo remanescente. 2.14 Direito dos credores não satisfeitos. 3. Administração da falência. 3.1 Juiz. 3.2 Órgão do Ministério Público. 3.3 Administrador Judicial. 3.4 Nomeação, impedimentos, investidura, deveres, substituição e destituição. 3.5 Assembleia Geral de Credores. 3.6 Comitê de Credores. 3.7 Habilitação, verificação e classificação dos créditos. 3.8 Créditos não sujeitos à habilitação. 3.9 Pedido de reserva. 8.10 Habilitação retardatária. (...)

Leia-se:

DIREITO EMPRESARIAL II: 1. Falência. Princípios Gerais. 1.1 Pressupostos. 1.2 Caracterização da falência. 1.3 Declaração. 1.4 Efeitos da Falência quanto aos sócios. 1.5 Processo Falimentar. 1.6 Juízo da falência. 1.7 Legitimidade ativa e passiva na falência. 1.8 Procedimento nos requerimentos de falência com base no art. 94 da Lei de Falências. 1.9 Defesas do devedor. 1.10 Matéria relevante. 1.11 Depósito elisivo. 1.12 Sentença de falência: conteúdo, publicidade e recursos. 1.13 Sentença denegatória. 2. Dos efeitos jurídicos da sentença de falência em relação aos direitos dos credores e em relação à pessoa do falido. 2.1 Prisão do falido. 2.2 Direitos e deveres do falido. 2.3 Pedido de continuação provisória do negócio. 2.4 Dos efeitos jurídicos da sentença de falência em relação aos bens do falido e em relação aos contratos da empresa falida. 2.5 Arrecadação dos bens do falido. 2.6 Inventário. 2.7 Custódia de bens. 2.8 Venda antecipada de bens. 2.9 Aquisição e adjudicação dos bens pelos credores. 2.10 Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. 2.11 Modalidades de dissolução de liquidação. 2.12 Deveres e responsabilidades do liquidante. 2.13 Partilha do acervo remanescente. 2.14 Direito dos credores não satisfeitos. 3. Administração da falência. 3.1 Juiz. 3.2 Órgão do Ministério Público. 3.3 Administrador Judicial. 3.4 Nomeação, impedimentos, investidura, deveres, substituição e destituição. 3.5 Assembleia Geral de Credores. 3.6 Comitê de Credores. 3.7 Habilitação, verificação e classificação dos créditos. 3.8 Créditos não sujeitos à habilitação. 3.9 Pedido de reserva. 3.10 Habilitação retardatária. (...)

9. Retifica-se o Anexo I, passando a vigorar a seguinte redação:

Onde se lê:

DIREITO ADMINISTRATIVO II E DIREITO CONSTITUCIONAL II.

DIREITO ADMINISTRATIVO II: 1. Responsabilidade civil do Estado. 2.. Agentes públicos. 3.. Regime Jurídico dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do no Município de Cuiabá - Lei Complementar no 93 de 23 de junho de 2003. 4. Empresas estatais: normas constitucionais, Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016. 5. Improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992. 6. Processo Administrativo Municipal – Lei no 5806 de 16 de abril de 2014. 7. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

(Decreto-Lei nº 4.657/1942). Decreto nº 9.830/2019. 20. Direito de acesso à informação: normas constitucionais, Lei nº 12.527/2011.21. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: Capítulos II e IV da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). 8. Integridade e Combate à Corrupção. 8. Bens públicos. 10. Intervenção do Estado na propriedade. 11. Controle da Administração Pública. 12. Lei Anticorrupção. LICITAÇÕES E CONTRATOS: 1 Licitações, contratos administrativos, convênios e acordos. 1.1 Leilão. 1.2 Compras e o Sistema de Registro de Preços. 1.3 Dispensa e inexigibilidade. 1.4 Planejamento e execução: Plano de contratação, projeto, projeto básico, estudo técnico preliminar e projeto executivo. 1.5 Regime de licitações e alterações, revogação e anulação, hipóteses e efeitos. 1.6 Tratamento diferenciado, favorecido, direito de preferência e margem de preferência. 1.7 Orçamento base de referência. 1.8 Previsão orçamentária e financeira. 1.9 Parcelamento do objeto. 1.10 Fracionamento de despesas. 1.11 Contratos Administrativos: noções gerais, formalização, cláusulas necessárias, cláusulas exorbitantes, prestação de garantia, duração dos contratos, prorrogação de prazos, nulidade, execução, alteração dos contratos, inexecução e rescisão contratual. 1.12 Procedimento licitatório: edital de licitação; publicação; impugnações; habilitação; julgamento de propostas; homologação; revogação e anulação da licitação; adjudicação. 1.13 Contratação de serviços com alocação de mão de obra. 1.14 Sanções Administrativas, tutela judicial e aspectos penais. 1.15 Recursos administrativos. 1.16 Acordos Administrativos. 1.17 Fiscalização contratual. 1.18 Legislação: Lei nº 14.133/2021, Lei nº 13.019/2014 e Lei 13.204, de 14/12/2015. Decretos federais de nº 9.507/2018; 10.947/2022; 11.246/2022; 11.461/2022; 11.462/2023; 11.430/2023; 11.531/2023; Instruções Normativas: IN SEGES/ME Nº 67, de 8 de julho de 2021 e alterações posteriores; IN SEGES/MGI nº 58, de 8 de agosto de 2022; IN SEGES/MGI nº 81, de 25 de novembro de 2022 e IN SGD/ME Nº 94, de 23 de dezembro de 2022.(...)

Leia-se:

DIREITO ADMINISTRATIVO II E DIREITO CONSTITUCIONAL II.

DIREITO ADMINISTRATIVO II: 1. Responsabilidade civil do Estado. 2.. Agentes públicos. 3.. Regime Jurídico dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do no Município de Cuiabá - Lei Complementar no 93 de 23 de junho de 2003. 4. Empresas estatais: normas constitucionais, Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016. 5. Improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992. 6. Processo Administrativo Municipal – Lei no 5806 de 16 de abril de 2014. 7. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942). Decreto nº 9.830/2019. 20. Direito de acesso à informação: normas constitucionais, Lei nº 12.527/2011.21. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: Capítulos II e IV da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). 8. Integridade e Combate à Corrupção. 8. Bens públicos. 10. Intervenção do Estado na propriedade. 11. Controle da Administração Pública. 12. Lei Anticorrupção. 13 Licitações, contratos administrativos, convênios e acordos. 13.1 Leilão. 13.2 Compras e o Sistema de Registro de Preços. 13.3 Dispensa e inexigibilidade. 13.4 Planejamento e execução: Plano de contratação, projeto, projeto básico, estudo técnico preliminar e projeto executivo. 13.5 Regime de licitações e alterações, revogação e anulação, hipóteses e efeitos. 13.6 Tratamento diferenciado, favorecido, direito de preferência e margem de preferência. 13.7 Orçamento base de referência. 13.8 Previsão orçamentária e financeira. 13.9 Parcelamento do objeto. 13.10 Fracionamento de despesas. 13.11 Contratos Administrativos: noções gerais, formalização, cláusulas necessárias, cláusulas exorbitantes, prestação de garantia, duração dos contratos, prorrogação de prazos, nulidade, execução, alteração dos contratos, inexecução e rescisão contratual. 13.12



Procedimento licitatório: edital de licitação; publicação; impugnações; habilitação; julgamento de propostas; homologação; revogação e anulação da licitação; adjudicação. 13.13 Contratação de serviços com alocação de mão de obra. 13.14 Sanções Administrativas, tutela judicial e aspectos penais. 13.15 Recursos administrativos. 13.16 Acordos Administrativos. 13.17 Fiscalização contratual. 13.18 Lei nº 14.133/2021.